

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“A efetividade das políticas públicas no enfrentamento das mudanças climáticas no Brasil”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista. Não se esqueça: seu texto deve ter mais de 7 (sete) linhas e, no máximo, 30 linhas.

TEXTO 1

De acordo com dados recém lançados pelo SEEG, o Brasil emitiu 2,2 bilhões de toneladas de gases de efeito estufa (GEE) em 2019. O setor de Energia foi responsável por 19% dessas emissões, enquanto o de Processos Industriais e Uso de Produtos (PIUP) teve responsabilidade por 5% do total emitido no país. Esses dois segmentos totalizaram, portanto, 24% das emissões nacionais, caracterizando uma participação bastante menor do que aquela referente às atividades de uso do solo, que compõem a maior parte das emissões brasileiras. Essas atividades de uso do solo – correspondentes aos setores de Mudança de Uso da Terra e de Agropecuária – representaram 72% das emissões brasileiras de 2019. Por outro lado, as emissões de Energia e PIUP vêm crescendo e, com isso, elevando suas respectivas participações no total nacional. Essas participações tendem a ser ainda mais importantes no futuro, principalmente em um cenário desejável em que o Brasil volte a diminuir, chegando a zerar, suas emissões por desmatamento. Nesse contexto, destaca-se o setor de Energia que, de 1990 a 2019, teve suas emissões elevadas em 114%, passando de 10% das emissões brasileiras do início da década de 90 para 19% dessas emissões em 2019.

<https://energiiaeambiente.org.br/as-emissoes-brasileiras-de-gases-de-efeito-estufa-nos-setores-de-energia-e-de-processos-industriais-em-2019-20201201>

TEXTO 2

O relatório Política Climática por Inteiro 2023 aborda em que ponto o país se encontra diante dos compromissos assumidos na Convenção do Clima da Organização das Nações Unidas (ONU) de reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) e promover adaptação às mudanças climáticas. O país é o quarto maior responsável pelas emissões de gases que provocam o aquecimento global acumuladas desde 1850(1), quando considerado o desmatamento (mudanças do uso da terra). E o desempenho das políticas climáticas locais tem impacto relevante nos esforços para conter a elevação da temperatura do planeta em 1,5°C, no que já é considerada a década crítica para essa agenda.

Se o mundo está fora da rota, como já notaram relatórios preparatórios do primeiro Global Stocktake, cujo resultado é um dos principais temas de discussão da COP 28, em Dubai, o Brasil também continua aumentando as emissões, de acordo com os dados mais recentes disponíveis do Sistema de Estimativas e Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG).

O país corrigiu em 2023 o compromisso levado à Convenção do Clima, retomando a ambição original, submetida no âmbito do Acordo de Paris. O ano também marca o início da reconstrução da política climática, que ganhará contornos mais nítidos até a COP 30, a ser realizada em Belém (PA). O relatório tratará desse caminho até 2025, ano em que os países parte da Convenção do Clima devem apresentar novas ambições, na forma de uma nova Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês), para 2030 e 2035.

No mesmo momento em que aprovou a correção da ambição na Convenção do Clima, em setembro, o Conselho Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM) estabeleceu prazo de 210 dias, prorrogável por

mais 210, para rever a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). O prazo para elaborar estratégias e planos setoriais de mitigação e adaptação é de 365 dias, prorrogável por igual período(2).

Ou seja, a reconstrução do pilar da agenda climática pode demorar até dois anos, a partir da primeira reunião dos grupos técnicos temporários. O funcionamento de um mercado de carbono regulado no país deve levar mais tempo, contabilizados os prazos previstos para a regulamentação e a transição.

<https://nossadescarbonizacao.org/politica-climatica-por-inteiro-2023/>

